



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000287-22.2021.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 2ª Vara Criminal do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital

JUIZ TITULAR: Dr. Edmilson Souza Santos

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

2ª VARA CRIMINAL DO JUÍZO DE GUARAPARI – COMARCA DA CAPITAL

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **2ª Vara Criminal do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 11/2022 e do Edital n. 057/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 26/09/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **2ª Vara Criminal do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

Juiz	Vínculo	Ato
Edmilson Souza Santos	Titular	nº 513/15 – 13/10/2015

Vale registrar que o referido magistrado responde, também, pelas seguintes unidades:

Unidade	Vínculo	Ato
1ª Vara de Família de Guarapari	Designado	Ofício DM nº 1275/22 - 26/08/2022
Diretoria do Foro de Guarapari	Designado	Ato Especial nº 522/21 - 16/12/2021

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 07/11/2022)


Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Ildan Frederico de Oliveira	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria - Ato nº 29/17 - 18/01/2017
Harleizy Forte Pimentel	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 154/21 - 08/03/2021
Edlene Lourenço Rozindo Barros	Analista Judiciário 01 - QS - Escrevente Juramentado	-
Bruno Pereira dos Santos	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 07/11/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a 2ª Vara Criminal do Juízo de Guarapari. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Ademais, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no site do Tribunal de Justiça¹, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 03 (três) servidores e a lotação paradigma é de 04 (quatro) servidores, vejamos:

 TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de julho de 2022										
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO PJS										
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISIÇÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO	LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS	ASSESSOR DE JUIZ
1	C - CRIMINAL	2ª VARA CRIMINAL	ES	GUARAPARI	4	3	0	1	0	0

1 Disponível em: http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf . Consulta realizada em 07/11/2022.

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	726	61
Janeiro a dezembro de 2021	880	73

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 07/11/2022)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	3.499
2021	3.349

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 07/11/2022)

Acervo atual

	Novembro 2022
Total	3.280
Suspensos ou sobrestado	689
Arquivados provisoriamente	0
Tramitação ajustada	2.591

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos conclusos	492	359
Conclusos para sentença há mais de 100 dias	0	42
Conclusos para decisão há mais de 100 dias	0	7
Conclusos para despacho há mais de 100 dias	0	108
Conclusos para ato diverso há mais de 100 dias	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 07/11/2022)

Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	126	118
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 07/11/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 07/11/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	1	136

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 07/11/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	132	148

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 07/11/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	4	4

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 07/11/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	34	73

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 07/11/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	23	28

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 07/11/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
91,3%	Meta não cumprida

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
94,9%	Meta não cumprida

(Fonte: Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 28/09/2022, revelou a existência de **492 (quatrocentos e noventa e dois)** processos em gabinete para análise do Magistrado, não havendo processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 07/11/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve uma redução, totalizando 359 (trezentos e cinquenta e nove) processos, contudo, destes, **157 (cento e cinquenta e sete)** processos estão conclusos há mais de 100 (cem) dias. Ou seja, 44% (quarenta e quatro por cento) do acervo concluso está com excesso de prazo de conclusão.

À vista do exposto, considerando os indicadores apresentados, deve o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao **enfrentamento dos processos com retardo de análise**, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes.

Ademais, observa-se que as Metas 1 e 2 CNJ no ano de 2021 não foram cumpridas, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nestas.

7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, foi possível verificar uma considerável piora quanto às pendências inicialmente destacadas.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 dias, o quantitativo **subiu de 01 (um) para 136 (cento e trinta e seis) feitos**.

Desse modo, deve a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Ademais, com relação às petições **pendentes de juntada há mais de 10 (dez) dias** no sistema, na primeira análise foram identificadas 132 (cento e trinta e duas) petições, tendo o quantitativo aumentado para **148 (cento e quarenta e oito)** na segunda apuração dos dados, devendo a secretaria providenciar a regularização de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária.

Quanto aos processos em carga externa por prazo excessivo, analisando a listagem atualizada, verifica-se que constam atualmente **73 (setenta e três) feitos** nesta situação.

Assim, deve a secretaria providenciar a cobrança dos referidos feitos, bem como manter o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Com relação aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça há mais de 30 (trinta) dias, compulsando a listagem atualizada, extraída em 07/11/2022, infere-se que **28 (vinte e oito) mandados** permanecem sem devolução, sendo que alguns já contam com mais de 60 (sessenta) dias de distribuição.

Desse modo, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XIX, do artigo 439 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos ao Magistrado, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 Ao Juiz Titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<p><u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas ao gabinete e cartório;</p> <p><u>Adote</u>, doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;</p>
Processos conclusos há mais de 100 dias	<p><u>Adote</u> as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos inseridos em referida situação;</p> <p><u>Promova</u> o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.</p>
Metas Nacionais CNJ	<p><u>Monitore</u>, semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento.</p>

8.2. Ao Chefe de Secretaria

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Processos paralisados há mais de 100 dias	<p><u>Trabalhe</u> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais;</p>
Juntada de petições	<p><u>Regularize</u> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><u>Observe</u>, doravante, rigorosamente o <i>prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas</i> na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85), quando da juntada física;</p>
Mandados expedidos	<p><u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos <i>mandados judiciais expedidos</i>, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XIX, do artigo 439 do Código de Normas.</p>
	<p><u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><u>Adote</u>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema</p>

Processos em carga externa	<p>e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;</p> <p><u>Adote</u> as medidas previstas no art. 259-A no Código de Normas, com relação aos Inquéritos Policiais em carga ao Ministério Público ou Delegacias de Polícia há mais de 06 (seis) meses.</p>
Cartas Precatórias	<p><u>Observe</u>, no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto no inciso XXII, art. 439 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u>; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante;</p> <p><u>Estabeleça</u> rotina de cobrança de devolução das Cartas Precatórias remetidas a outros juízos, cujo cumprimento extrapolar o prazo declarado, na forma do artigo 325 e seguintes do Código de Normas Judicial;</p>

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. Ao Juiz Titular

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	<u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado.
Processos físicos	<u>Utilize</u> os atos <i>judiciais</i> <i>dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema <i>e-JUD</i> , evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

9.2. Ao Chefe de Secretaria

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Processos aptos à conclusão	<u>Não retenha</u> os processos conclusos para análise do Magistrado em cartório; promova a fiscalização periódica dos autos para identificar aqueles que já estejam aptos à conclusão, em observância ao disposto no artigo 418 do Código de Normas e do artigo 228 do CPC.

Juntada de petições	<u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);
Processos em carga	<u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado	<u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual.
Processos aptos ao arquivamento	<u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento "arquivado definitivamente" (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correição realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **2ª Vara Criminal do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização.

Diante disso, foram traçadas determinações ao Chefe de Secretaria para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz titular, por sua vez, foi determinado que adote as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias bem como monitore os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 07 de novembro de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 16/11/2022, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1381177**
e o código CRC **F1DBD468**.
